



PARECER

A Ordem dos Advogados foi chamada a emitir parecer, no passado dia 14 de janeiro, sobre os Projetos de Lei n.ºs 614/XIV/2.^a (BE); e 637/XIV/2.^a (PS), pelo ofício n.º 26/1.^a-CACDLG/2021
Data: 14-01-2021 NU: 669339

Analizado os documentos verifica-se o primeiro dos Projetos de Lei pretende proceder à extinção da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS), e consequente integração dos beneficiários no regime da Segurança Social, e o segundo pretende proceder à criação de uma Comissão para a eventual integração da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) no regime geral da Segurança Social.

Em relação ao Projeto de Lei n.º 614/XIV/2.^a (BE)

Foi requerido ao Sr. Bastonário da Ordem dos Advogados, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Ordem dos Advogados, pelo número de advogados exigido no art.º 34.º, n.º 3 do Estatuto da Ordem dos Advogados – E.O.A. (Lei n.º 145/2015, de 09 de Setembro), a realização de uma Assembleia Geral tendente à aprovação da convocação de um referendo a todos os Advogados, que visa consultar a classe sobre a possibilidade do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, propor a alteração da redação do referido artigo 4.º do E.O.A., com vista a permitir aos Advogados a opção de escolha sobre o seu sistema individual de previdência.

A proposta que vai a discussão na referida Assembleia Geral apresenta como pergunta para ser respondida com SIM ou NÃO no referendo a seguinte:



*“Deve o Conselho Geral da Ordem dos Advogados no exercício das suas competências, previstas no artigo 46.º, al. c) do E.O.A., propor a alteração legislativa do artigo 4.º do E.O.A., para que este passe a ter a seguinte redação: **“A Previdência Social dos advogados é obrigatória, cabendo a estes, individualmente, decidir se a mesma é assegurada através do sistema público, ou através da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS)”**”*

Se a decisão que vier a ser deliberada pela Assembleia Geral for a da convocação de um referendo, o resultado desse referendo vinculará a posição do Conselho Geral da Ordem dos Advogado, pelo período mínimo de três anos, nos termos dos ns.º 3 e 4 do artigo 26.º do E.O.A.

A Assembleia Geral estava agendada para o dia 28 de janeiro de 2021, foi adiada, em virtude da situação atual da pandemia de COVID-19, para o dia 26 de março de 2021.

Assim, não obstante, neste momento, o Conselho Geral da Ordem dos Advogados ainda não estar vinculado a nenhuma posição quanto a uma proposta legislativa (que, por maioria de razão, não poderia contrariar em sede de pronúncias sobre propostas legislativas apresentadas por terceiros legítimos), com o teor do Projeto de Lei n.º 614/XIV/2.^a (BE), e não sendo certo mesmo que venha, num ou noutro sentido, a estar vinculado no futuro, manda a prudência que, também neste momento, não assuma nenhuma posição em relação à mesma.

Caso o fizesse, poderia, por um lado, estar a apontar um sentido de voto, quer para a Assembleia Geral, quer para o hipotético referendo que a possa vir a suceder, e por outro lado, poderia também estar a tomar uma posição que, a curto prazo, tivesse, vinculativamente, que alterar, o que é de todo indesejado.



Aliás, atendendo ao avançado estado do procedimento supra descrito, é desaconselhável que seja, neste momento, discutido e votado o proposto diploma.

Em relação ao Projeto de Lei n.º 637/XIV/2.^a (PS)

Não obstante a denominação do Projeto de Lei n.º 637/XIV/2.^a (PS) ser “Criação de uma Comissão para a eventual integração da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) no regime geral da Segurança Social”, a alínea b) do artigo 2.º do referido Projeto de Lei alarga o objeto da Comissão a “...ponderar, em alternativa à integração referida na alínea anterior, um novo regime que tenha como regras a não presunção dos rendimentos para cálculo de contribuições, a garantia de um plano de resolução equilibrada dos valores em dívidas dos profissionais originadas pelo facto de não terem auferido rendimentos compatíveis com os descontos obrigatórios e o respeito por direitos adquiridos...”. (Sublinhado nosso)

Em face disto, não sendo o único objeto da projetada Comissão o estudo do mecanismo de integração da CPAS na Segurança Social, o que, tal como acima foi exposto, impediria, no presente, a pronúncia da Ordem dos Advogados, mas sendo também, a realização de uma importante reflexão sobre o melhoramento das regras atuais, seja um ou outro o caminho que venha a ser escolhido, não só dá, esta Ordem, parecer positivo, como também pretende vir a ter uma voz muito ativa na Comissão que venha a ser criada.

Especialmente na fase presente, em que a Segurança Social está a receber transferências do Orçamento de Estado para responder a necessidades excecionais dos seus beneficiários originadas pela crise pandémica de COVID-19, merece desde logo reflexão – e nenhum local é inapropriado para chamar esta reflexão à colação – a urgente necessidade de corrigir a



violação do princípio da igualdade que representou a não determinação de equitativas transferências para a CPAS, permitindo assim a esta entidade dar resposta excecional igual à dada aos restantes trabalhadores.

Nunca é demais lembrar que o Orçamento de Estado tem origem em todos os contribuintes, e Advogados e Solicitadores são tão contribuintes como os trabalhadores inscritos no regime geral da Segurança Social

Em conclusão, a Ordem dos Advogados entende:

A) Não se poder pronunciar, neste momento, quanto ao Projeto de Lei n.º 614/XIV/2.^a, (BE) entendendo também que o mais adequado seria que o projeto legislativo fosse suspenso e adiado para momento posterior à conclusão do processo de decisão dos Advogados quanto à matéria em apreço; e

B) Dar parecer favorável ao Projeto de Lei n.º 637/XIV/2.^a (PS)

Lisboa, 21 de janeiro de 2021

Tiago Oliveira Silva

Vogal do Conselho Geral